

175-A	38
Livro	Folhas

7

----- ASSOCIAÇÃO -----

----- No dia trinta de Dezembro de dois mil e quinze, no Cartório Notarial sito na Rua da Gafaria, lote onze, fracção P, na cidade de Lagos, perante mim, Fernando Jorge Maia Guedes Ribeiro, Notário Privado, compareceram: -----

----- PRIMEIRA: **Rita Isabel de Jesus Gonçalves Rodrigues**, casada, natural da freguesia de Alhos Vedros, concelho da Moita, residente na Rua de Moçambique, lote 145 1º C, em Lagos. -----

----- SEGUNDO: **José António Neves Ribeiro**, casado, natural de natural da freguesia de São Sebastião, concelho de Lagos, residente na Rua Combatentes da Grande Guerra, número 11, 1º direito, Lagos.

----- TERCEIRO: **André Filipe Dias da Conceição**, solteiro, maior, natural da freguesia de São Sebastião, concelho de Lagos, residente na Rua Brigadeiro Costa Franco, lote 4, apartamento 401, Lagos. -----

----- Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos respectivos cartões de cidadão com os números de identificação civil: 10118750 válido até 23/03/2017, 05216211 válido até 27/09/2020 e 14788348 válido até 27/04/2020. -----

----- PELOS OUTORGANTES, FOI DITO: -----

----- Que pela presente escritura, constituem uma associação sem fins lucrativos, com a denominação “**OLL ORQUESTRA LIGEIRA DE LAGOS - ASSOCIAÇÃO DE MÚSICOS**”, que terá a sua sede na Rua de Moçambique, lote cento e quarenta e cinco, 1ºC, 8600-614 Lagos, freguesia de São Gonçalo de Lagos, concelho de Lagos, durará por tempo indeterminado e tem como tem como objecto “o desenvol-

vimento e a manutenção da orquestra, promovendo a prática, o ensino e a divulgação da música através da sua Orquestra ou de outras formações que venham coexistir; Actividades de carácter cultural, recreativo e cívico; Organização e produção de eventos musicais, e ou outros relacionados com divulgação cultural”. -----

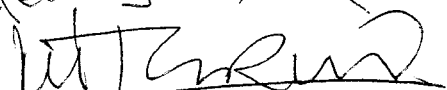
----- Que a associação reger-se-á pelos estatutos que constam do documento complementar, elaborado nos termos do nº2, do artigo 64º, do Código do Notariado, cujo conteúdo conhecem perfeitamente, pelo que a sua leitura é dispensada. -----

----- Assim o outorgaram.-----

----- Consultei hoje o certificado de admissibilidade de firma ou denominação, com o código de acesso “7116-3131-5480”, emitido em 20/11/2015, pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas, onde consta o número de pessoa colectiva da associação: 513768858. -----

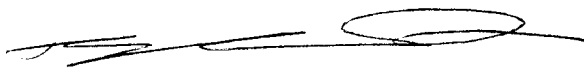
----- **Arquivo:** O referido documento complementar.-----

----- Fiz aos outorgantes a leitura desta escritura e a explicação do seu conteúdo. -----

Rita Gonçalves Rodrigues




O Notário,



Conta registada sob o nº TA 2277 5

AR Z/A
1
F

ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO

CAPITULO I

Artigo 1º

(Natureza, fins e sede da Associação)

1. A “OLL Orquestra Ligeira de Lagos – Associação de Músicos”, adiante designada apenas por “OLL”, é uma Associação sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado, que se rege pelos presentes estatutos e seu regulamento interno, sem carácter político ou religioso, tendo a sede na Rua de Moçambique, lote 145 1ºC, 8600-614 Lagos, freguesia de São Gonçalo de Lagos, concelho de Lagos pessoa coletiva número: 513768858.-----

2. A associação tem como objeto social:-----

a) o desenvolvimento e a manutenção da orquestra, promovendo a prática, o ensino e a divulgação da música através da sua Orquestra ou de outras formações que venham coexistir; -----

b) Atividades de carácter cultural, recreativo e cívico; -----

c) Organização e produção de eventos musicais, e ou outros relacionados com divulgação cultural. -----

CAPITULO II

Artigo 2º

(dos Sócios da Associação)

1- A OLL tem dois tipos de sócios:-----

a) Os Músicos;-----

b) O público em geral. -----

Artigo 3º

(Direitos dos Sócios)

- 1- São direitos dos Sócios: -----
- a) Participar na Assembleia geral da Associação; -----
- b) Eleger e ser eleito para os corpos sociais; -----
- c) Participar nas atividades da Associação; -----
- d) Ser informado sobre todas as atividades da Associação; -----
- 2 - Os associados têm direito a um voto cada. -----
- 3- O associado que por qualquer forma deixar de pertencer à associação, não tem direito à devolução das quotizações que haja pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao tempo em que foi membro da OLL. -----

Artigo 4º

(Deveres dos Sócios)

- São deveres dos Sócios: -----
- a) Cumprir as disposições estatutárias, assim como respeitar as deliberações dos órgãos da Associação; -----
- b) Pagar a quota estabelecida pela Direção e aprovada em Assembleia Geral. -----

CAPITULO III

Artigo 5º

(Órgãos da Associação)

- São órgãos da OLL: -----
- A Assembleia Geral; -----
- A Direção; -----
- O Conselho Fiscal. -----

[Handwritten signature]
2
[Handwritten mark]

SUB-CAPITULO I

(Assembleia Geral)

Artigo 6º

(Composição)

A Assembleia Geral é constituída por todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos, nos termos do disposto nos artigos segundo e terceiro. -----

Artigo 7º

(Convocação)

1. A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral nos casos previstos nos presentes estatutos e sempre que o ache necessário. -----

2. A Assembleia Geral pode ainda ser convocada: -----

a) Por requerimento do Presidente da Direção, mediante deliberação desta, dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral;-----

b) Por requerimento de um/quinto dos associados, sendo obrigatória a presença de pelo menos dois/terços dos requerentes, sem o qual tal assembleia não se realizará.-----

3. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, após receber um requerimento nos termos do número anterior, deve convocar a assembleia Geral, no prazo máximo de trinta dias. -----

Artigo 8º

(Competências)

São competências da Assembleia Geral:-----

a) Eleger a Mesa da Assembleia Geral, que é constituída por um

- Presidente, um Primeiro Secretário e um Segundo Secretário. -----
- b) Aprovar os regulamentos internos e suas alterações, e decidir sobre a alteração dos estatutos, verificando o cumprimento de ambos; -----
- c) Fixar o montante da quota anual e da jóia inicial a pagar pelos associados; -----
- d) Eleger os restantes corpos sociais e dar posse aos seus membros; --
- e) Apreciar e votar o Relatório e contas da associação a apresentar anualmente pela Direção, as quais deverão conter a consolidação de contas de todas as atividades desenvolvidas por qualquer órgão ou departamento da associação, bem como o respetivo parecer do Conselho Fiscal; -----
- f) Apreciar e votar o plano de atividades e orçamento da associação a apresentar anualmente pela Direção, bem como por quaisquer departamentos que sejam criados. -----

Artigo 9º

(Funcionamento)

1. A Assembleia Geral reúne-se: -----
- a) Em sessão ordinária: -----
- aa) A cada cinco anos, durante o mês de Novembro, para eleição dos Corpos Gerentes para os cinco anos seguintes; -----
- ab) Até ao fim do mês de Fevereiro de cada ano para apreciar e votar o relatório e contas do ano anterior e respetivo parecer do Conselho Fiscal, bem como apreciar e votar o plano de atividades e orçamento para esse ano; -----
- b) Em sessão extraordinária: sempre que se verifique a necessidade de

Refe A

3

7

convocação e fora dos casos previstos no número anterior. -----

2 - A Assembleia Geral só poderá deliberar em primeira convocatória, se estiverem presentes ou representada metade dos associados, podendo funcionar, em segunda convocatória, com intervalo mínimo de meia hora sobre a primeira convocatória, com qualquer número de associados. -----

3 - O funcionamento e a forma de convocação da Assembleia geral observará o prescrito na lei civil a esse respeito. -----

SUB-CAPITULO II

----- ***(Direção)*** -----

----- ***Artigo 10º*** -----

----- ***(Funcionamento)*** -----

1 - A Direção é um órgão executivo. -----

2 - A Direção é constituída por um número ímpar de membros, num mínimo de cinco membros, sendo: Presidente da Direção; Vice-Presidente; Diretor da Área Administrativa; Diretor da Área Financeira; Diretor da Área Musical e Ensino. -----

3 - Poderá, aquando da realização de eleições, ser proposta lista de membros para a Direção com número superior àquele mínimo fixado, sempre em número ímpar. -----

4 - Em qualquer dos casos deve, na primeira reunião de Direção realizada após a tomada de posse, serem fixadas atribuições para todos os Diretores sem pelouro específico. -----

5 - A Direção reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que for considerado necessário pelo

presidente ou por três dos seus membros. -----

Artigo 11º

(Competências)

1 - São competências da Direção:-----

- a) Propor e executar o Plano de Atividade e o Orçamento;-----
- b) Apresentar o Relatório e Contas;-----
- c) Admitir novos Associados; -----
- d) Propor à Assembleia Geral a demissão de sócios;-----
- e) Representar a Associação em todos os atos;-----
- f) Apresentar candidaturas a todos os projetos e subsídios necessários para o desempenho e prossecução dos objetivos;-----
- g) Decidir da aquisição de património móvel ou imóvel, no cumprimento do plano e orçamento aprovado; -----
- h) Aceitar subsídios, doações, heranças ou legados; -----
- i) Administrar os bens e receitas da OLL, apresentando o relatório e contas à Assembleia Geral; -----
- j) Criar o quadro de pessoal e admitir colaboradores, para garantir o funcionamento dos serviços administrativos e projetos de desenvolvimento em execução; -----
- k) Exercer todas as competências que a Assembleia Geral nela delegar; -----
- l) Executar as deliberações da Assembleia Geral. -----

2 - A Direção cria e extingue os departamentos e serviços que entenda necessários para a auxiliarem no exercício das suas funções, assim como nomeia e exonera os respetivos titulares. -----

Handwritten marks and signature in the top right corner.

SUB-CAPITULO III

_____ **(Conselho Fiscal)** _____

_____ **Artigo 12º** _____

_____ **(Composição e competências)** _____

- 1 - O Conselho Fiscal é constituído por três elementos, sendo: Presidente, Secretário e Relator, eleitos nos termos dos presentes estatutos.-----
- 2 - São competências do Conselho Fiscal:-----
 - a) Fiscalizar as contas apresentadas pela Direção;-----
 - b) Elaborar o parecer anual que acompanhará o relatório e contas da OLL; -----
 - c) Emitir pareceres sobre qualquer tipo de atos, sempre que lhe for solicitado pela Direção. -----

CAPITULO IV

_____ **(Das Eleições)** _____

_____ **Artigo 13º** _____

_____ **(Processo Eleitoral)** _____

- 1 - A Mesa de Assembleia Geral, a Direção e o conselho Fiscal são eleitos por sufrágio universal, direto e secreto dos associados da OLL.
- 2 - As eleições são realizadas em Mesas de Voto em Assembleia Geral, nos termos do regulamento interno. -----
- 3 - O processo eleitoral é orientado pela Mesa da Assembleia Geral.--

_____ **Artigo 14º** _____

_____ **(Duração dos Mandatos)** _____

Os mandatos de todos os órgãos e cargos eletivos da OLL têm uma

duração de cinco anos, sem prejuízo da sua renovação. -----

Artigo 15º

(Cooptação)

- 1 - Qualquer vaga na Mesa da Assembleia geral, na Direção ou no Conselho Fiscal, exceto quanto aos respetivos Presidentes, não implica a exoneração do órgão, devendo os presidentes dos respetivos órgãos por cooptação designar o substituto. -----
- 2 - As substituições por cooptação devem ser dadas a conhecer a todos os órgãos da Associação no prazo de quinze dias. -----
- 3 - A cooptação prevista no número um não terá lugar quando o número de cooptados exceder metade dos membros de órgão, facto que determinará nova eleição do respetivo órgão. -----
- 4 - No caso previsto do número anterior, o órgão a eleger é apenas pelo tempo restante para complementar o mandato do quinquénio em curso. -----

CAPITULO V

Disposições Finais

Artigo 16º

(Alteração Estatuária)

Estes Estatutos só poderão ser alterados por deliberação da Assembleia Geral tomada por maioria de três quartos dos membros presentes, tendo as propostas de alteração que se encontrar disponíveis, para consultar na sede da OLL, com antecedência mínima de dez dias em relação à Assembleia marcada para esse efeito. -----


Artigo 17º

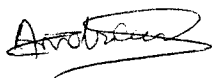
(Causas de Extinção)

A presente Associação só poderá extinguir-se por deliberação da Assembleia Geral, convocada para tal fim, desde que votada por três quartos da totalidade dos associados inscritos, nos seguintes casos: ----

- a) Quando não existirem cinco associados efetivos; -----
- b) Se estiver sem atividade durante mais de dois anos; -----
- c) Por decisão judicial que declare a sua insolvência. -----

2 - Em caso de extinção da OLL, o destino dos bens que integram o património social, que não estejam afetados a fim determinado e que não lhe tenham sido doados ou deixados com algum encargo, será objeto de deliberação dos associados. -----

Alte. Gonçalo Paderjor




O Notário,

